



**RELATÓRIO
ANUAL**

2016



Quadro Sicoob SP

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo
Avenida Costábile Romano, 1271 - Ribeirão Preto/SP

Registros Legais

Banco Central do Brasil: Autorização de Funcionamento - Processo nº 7767893/89

CNPJ/MF: 63.917.579/0001-71

Jucesp: 354.000.1859-3

Área de Atuação

Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e nas áreas de atuação de suas cooperativas singulares

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Presidente do Conselho de Administração

Diretor Presidente

Henrique Castilhano Vilares

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Diretor Operacional

Ismael Perina Júnior

Secretário do Conselho de Administração

Diretor Administrativo

Marcelo Martins

Conselheiros Vogais

Antonio Carlos de Mello

Oswaldo Kunio Matsuda

Sonivaldo Grunzweig Pinto

Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

Ednéia Aparecida Vieira Brentini de Almeida

Jacob Tosello Júnior

Oswaldo Pereira Caproni

Conselheiros Suplentes

João Carlos Gonçalves Bibbo

José Maria Maschietto

Mauro Frazilli

Executivos

Superintendência

Rodrigo Matheus Silva de Moraes

Gerência Geral

Pedro Sérgio do Carmo

Mensagem do Presidente



No último ano o Sistema Sicoob teve lucro de 2,6 bilhões, chegando a uma média de 30% do ganho de grandes bancos do Sistema Financeiro Nacional, atestando assim que estamos no mesmo nível de produtos de qualquer outra instituição financeira, principalmente grandes bancos.

Diante deste cenário, apresentamos o Relatório de Gestão do Sicoob SP do exercício de 2016, seguindo a tradição de apresentar números crescentes e consolidados que sintetizam a boa gestão de nossas cooperativas singulares.

Nosso Patrimônio Líquido chegou a R\$ 241.959.126,00 ao final do exercício. A Centralização Financeira de Depósitos atingiu R\$ 4,516 bilhões de reais, número recordista dentro de todo o Sistema Sicoob.

Na área de Capacitação, realizamos 64 cursos, com 1.763 participações de dirigentes e funcionários.

Ao encerrarmos mais um ciclo de gestão agradeço a todos os amigos da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, pela integração e harmonia.

Aos nossos valiosos funcionários, agradeço a dedicação e o esmero com que conduziram nossas atividades diárias sem esmorecer diante das dificuldades cotidianas.

Finalmente, agradeço ao Sicoob Confederação e ao Bancoob pela eficiente parceria e firme dedicação.

No momento em que governos falham e a economia passa por crises, o cooperativismo de crédito cresce e se fortalece.

Obrigado a todas as cooperativas singulares de nossa Central pelo apoio, a integração e a certeza de trilharmos juntos o melhor caminho.

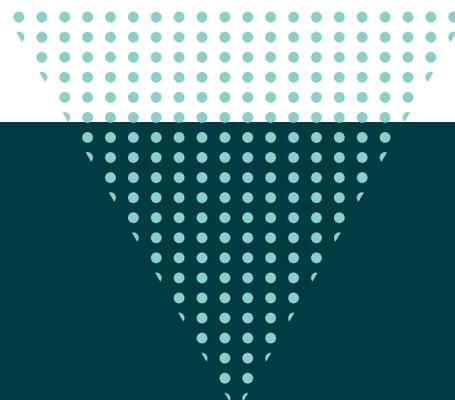
Henrique Castilhano Vilares
Presidente



224mil
Cooperados



248
Pontos
de Atendimento



3º WORKSHOP DE NEGÓCIOS 2017

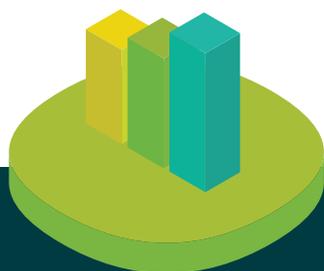
SEJAM BEM VINDOS

SICOOBSP



NÚMEROS DO SICOOB SP

ATIVOS
Em milhares de reais



4.777.477

2016

3.573.412

2015

3.237.143

2014

**CENTRALIZAÇÃO
FINANCEIRA**
Em milhares de reais



4.516.408

2016

3.322.335

2015

3.012.959

2014

Entradas

RECURSOS
TRANSITADOS SPB
Em milhares de reais



29.339.892

2016

22.678.731

2015

20.098.599

2014

Saídas

RECURSOS
TRANSITADOS SPB
Em milhares de reais



20.689.397

2016

16.715.502

2015

13.474.489

2014

NÚMEROS DO SICOOB SP

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais



CAPITAL SOCIAL
Em milhares de reais



241.959

2016

195.816

2016

232.572

2015

191.203

2015

204.337

2014

167.769

2014

Sobras
Em milhares de reais
Sobras antes das destinações legais e estatutárias



15.107

2016

15.975

2015

17.264

2014

Sobras
Em milhares de reais
Sobras líquidas à disposição da AGO



9.062

2016

9.574

2015

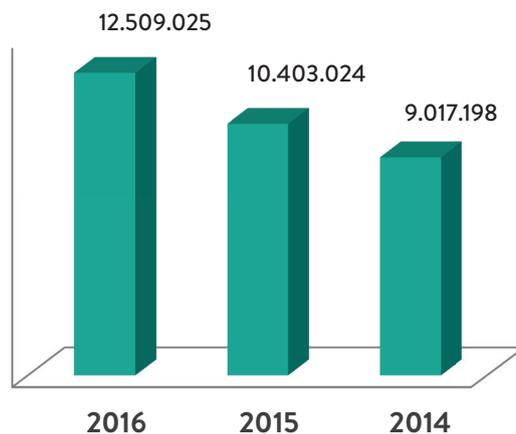
10.358

2014

NÚMEROS DAS SINGULARES

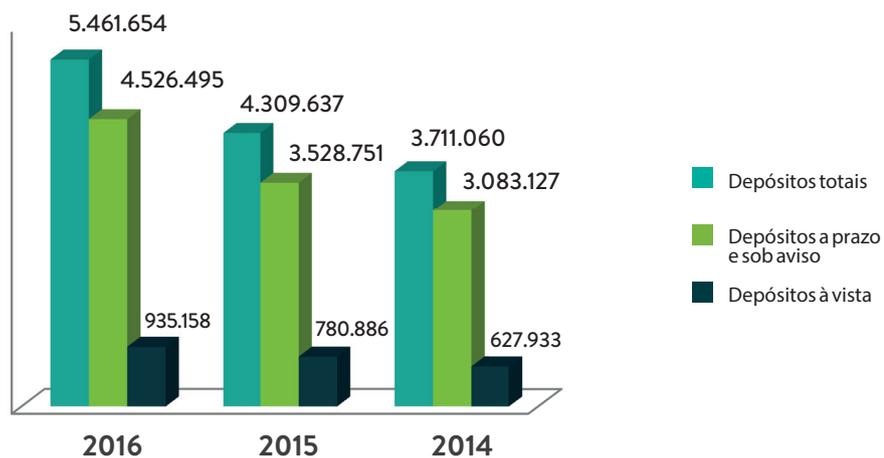
ATIVOS

(Em milhares de reais)



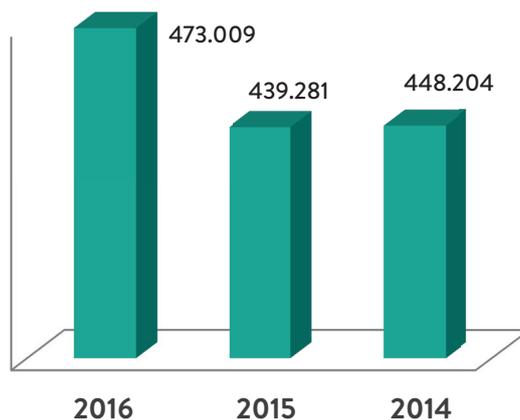
DEPÓSITOS

(Em milhares de reais)



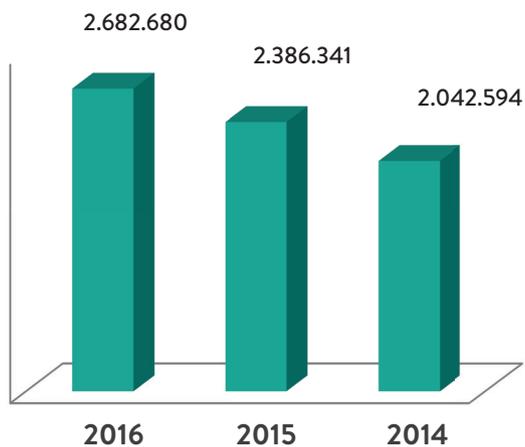
POUPANÇA

(Em milhares de reais)



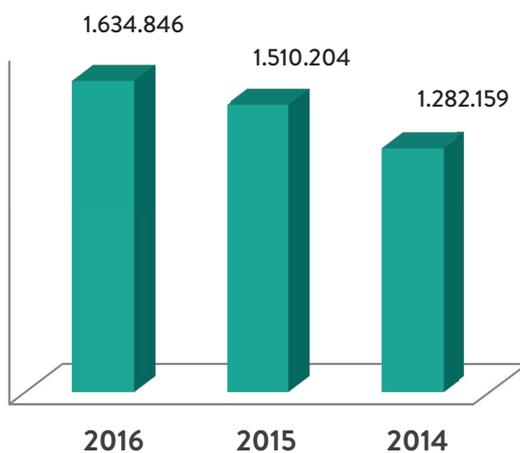
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)



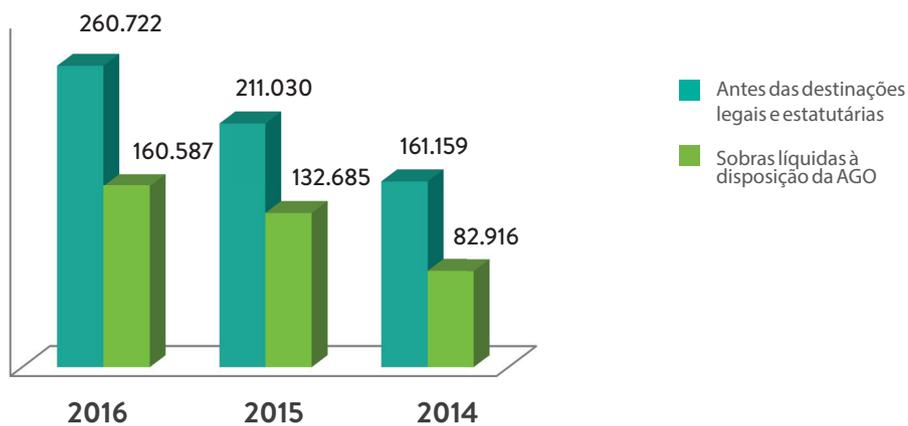
CAPITAL SOCIAL

(Em milhares de reais)



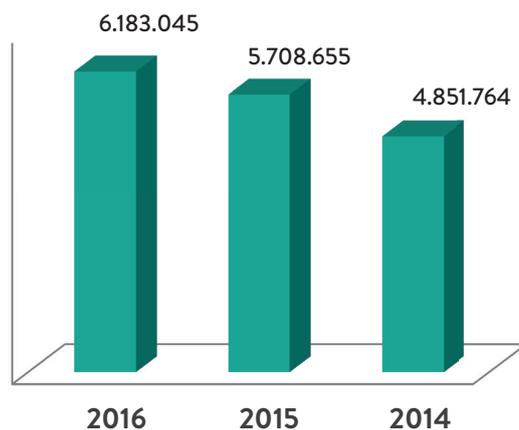
SOBRAS

(Em milhares de reais)

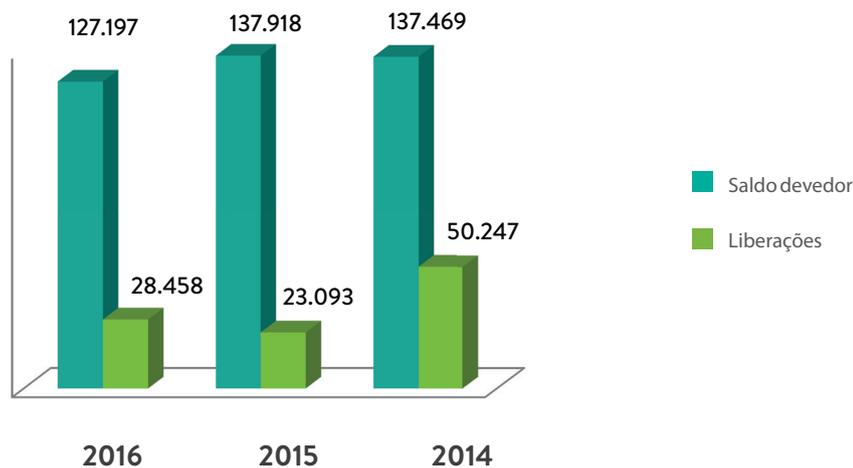


NÚMEROS DAS SINGULARES

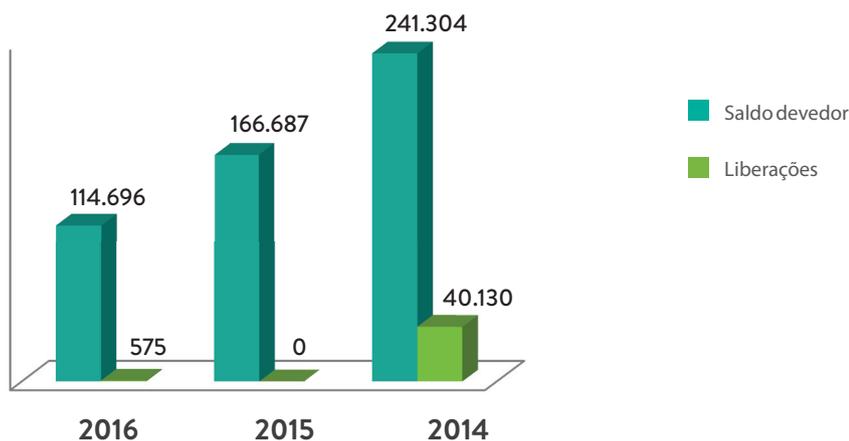
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Saldo Devedor
(Em milhares de reais)



OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BNDES
(Em milhares de reais)



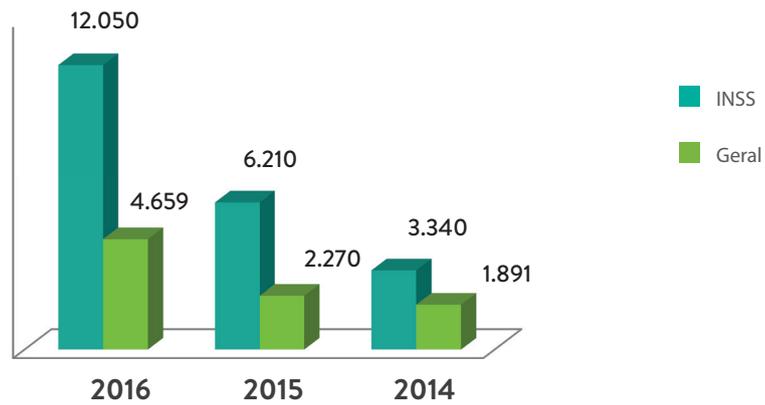
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PROCAPCRED
(Em milhares de reais)



CRÉDITO CONSIGNADO

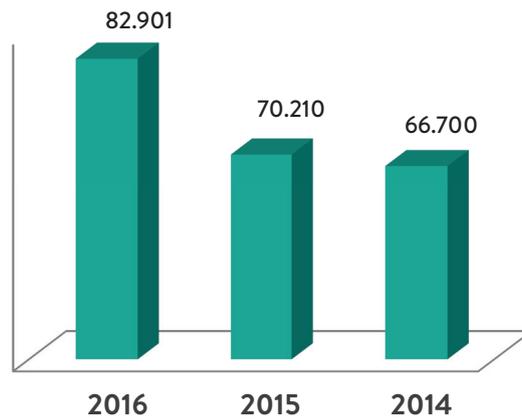
(Em milhares de reais)

Saldo da carteira

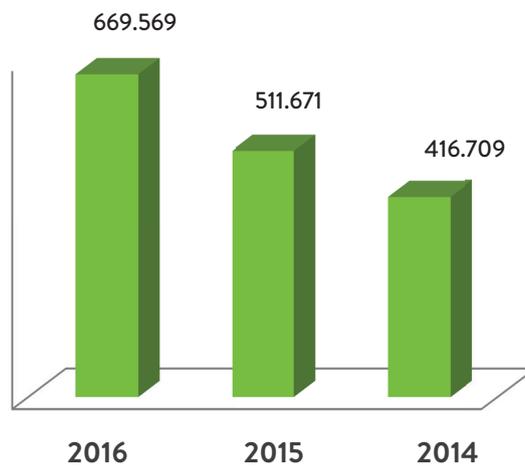


CARTÕES DE CRÉDITO VÁLIDOS

(Quantidade)

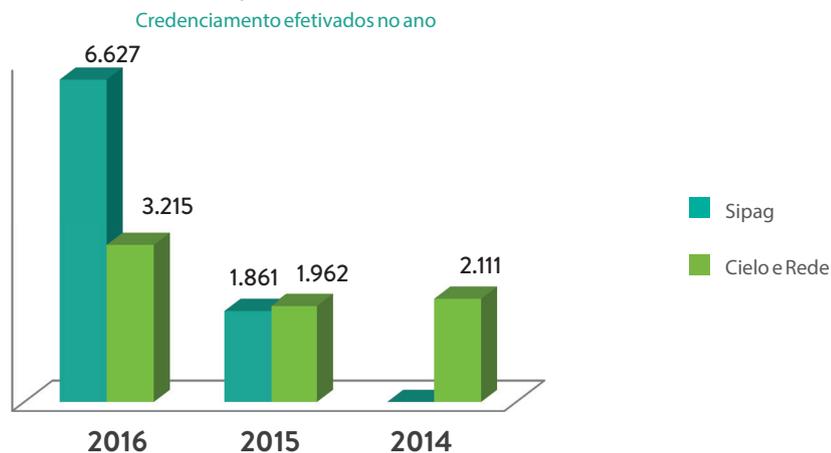


(Valor das compras em milhares de reais)

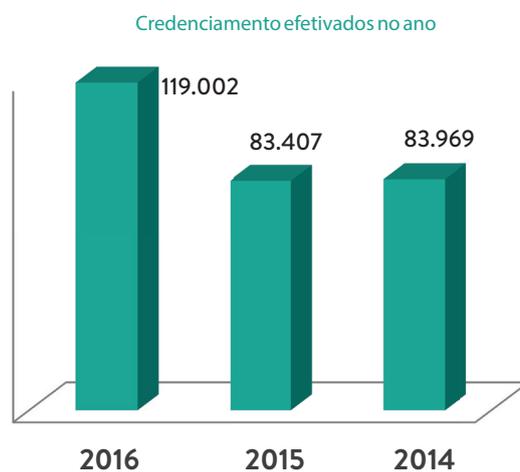


NÚMEROS DAS SINGULARES

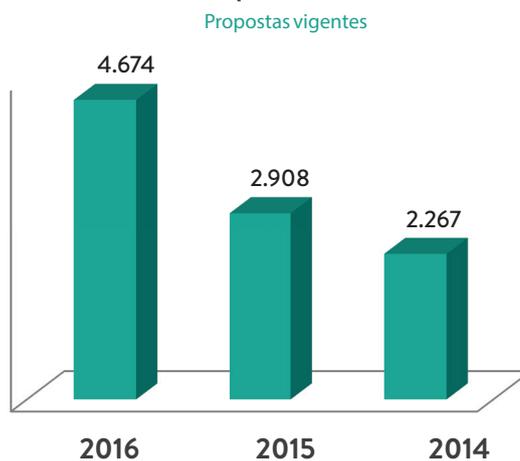
DOMÍLIO BANCÁRIO (Quantidade)



SICOOB CONSÓRCIOS (Em milhares de reais)



SICOOB PREVI (Quantidade)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1.1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante			
Disponibilidades		4	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.205.001	2.850.572
Títulos e valores mobiliários	5	182.282	91.719
Outros créditos	6	504	39
Outros valores e bens	7	6	10
		<u>4.387.797</u>	<u>2.942.345</u>
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	105.892	365.255
Títulos e valores mobiliários	5	118.626	129.507
Outros créditos	6	3.987	3.321
Outros valores e bens	7	1.517	1.517
		<u>230.022</u>	<u>499.600</u>
Permanente			
Investimentos	8	157.103	128.765
Imobilizado de uso	9	2.545	2.640
Intangível	10	10	62
		<u>389.680</u>	<u>631.067</u>
Total do ativo		<u><u>4.777.477</u></u>	<u><u>3.573.412</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
Circulante			
Depósitos a prazo	11	4.192.434	2.752.498
Relações interfinanceiras	12	145.404	204.738
Obrigações sociais e estatutárias	13	5.885	5.620
Obrigações fiscais e previdenciárias	13	158	120
Outras obrigações	13	367	423
		<u>4.344.248</u>	<u>2.963.399</u>
Exigível a longo prazo			
Depósitos a prazo			
Obrigações sociais e estatutárias	11	178.570	365.100
Obrigações fiscais e previdenciárias	13	793	1.148
	13	<u>11.907</u>	<u>11.193</u>
		<u>191.270</u>	<u>377.441</u>
Patrimônio líquido	14		
Capital social		195.816	191.203
Reserva legal		16.199	13.934
Reserva de contingência		20.882	17.861
Sobras acumuladas		9.062	9.574
		<u>241.959</u>	<u>232.572</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>4.777.477</u></u>	<u><u>3.573.412</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS

Em milhares de reais

	Segundo Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Ingressos de intermediação financeira			
Operações de crédito	4	4	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	281.048	512.215	410.592
Títulos e valores mobiliários	18.965	37.209	33.610
	<u>300.017</u>	<u>549.428</u>	<u>444.206</u>
Dispêndios de intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	(289.113)	(526.672)	(421.726)
	<u>10.904</u>	<u>22.756</u>	<u>22.480</u>
Resultado bruto de intermediação financeira			
	<u>10.904</u>	<u>22.756</u>	<u>22.480</u>
Outros ingressos (dispêndios) operacionais			
Dispêndios com pessoal	(2.235)	(4.130)	(3.621)
Dispêndios administrativos	(1.246)	(2.530)	(2.573)
Dispêndios de depreciação e amortização	(102)	(241)	(231)
Resultado de participação societária	8.630	15.257	11.611
Outros ingressos operacionais	2.266	6.089	2.344
Outros dispêndios operacionais (incluindo juros sobre capital próprio)	(17.881)	(22.098)	(14.049)
	<u>336</u>	<u>15.103</u>	<u>15.961</u>
Resultado operacional			
	<u>336</u>	<u>15.103</u>	<u>15.961</u>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas			
		<u>6</u>	<u>18</u>
Sobras/Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
	<u>336</u>	<u>15.109</u>	<u>15.979</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre atos não cooperativos		(2)	(4)
		<u>(2)</u>	<u>(4)</u>
Sobras/Lucro Líquido do semestre/exercício antes da reversão dos juros sobre o capital			
	<u>336</u>	<u>15.107</u>	<u>15.975</u>
Juros sobre o capital	15.093	15.093	13.816
	<u>15.429</u>	<u>30.200</u>	<u>29.791</u>
Sobras do semestre/exercício			
	<u>15.429</u>	<u>30.200</u>	<u>29.791</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1.3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Nota	Capital social					Total
		Capital integralizado	JCP a integralizar	Reserva legal	Reserva de contingência	Sobras acumuladas	
Em 1º de janeiro de 2015		167.769		11.541	14.669	10.358	204.337
Deliberações da assembleia geral ordinária							
Distribuição de sobras	14.3					(10.358)	(10.358)
Integralização de capital	14.1	9.618					9.618
Sobras do exercício						29.791	29.791
Juros sobre o capital integralizado	14.2		13.816			(13.816)	
Destinações estatutárias das sobras							
Reserva legal (15%)	14.2			2.393		(2.393)	
Reserva de contingência (20%)					3.192	(3.192)	
FATES (5%)						(798)	(798)
FATES - lucro de operações com não associados						(18)	(18)
Em 31 de dezembro de 2015		<u>177.387</u>	<u>13.816</u>	<u>13.934</u>	<u>17.861</u>	<u>9.574</u>	<u>232.572</u>
Deliberações da assembleia geral ordinária							
Distribuição de sobras	14.3					(9.574)	(9.574)
Integralização de juros sobre o capital próprio	14.3	13.816	(13.816)				
Integralização de capital	14.1	4.613					4.613
Sobras do exercício						30.200	30.200
Juros sobre o capital pagos	14.2					(15.093)	(15.093)
Destinações estatutárias das sobras							
Reserva legal (15%)	14.2			2.265		(2.265)	
Reserva de contingência (20%)					3.021	(3.021)	
FATES (5%)						(755)	(755)
FATES - lucro de operações com não associados						(4)	(4)
Em 31 de dezembro de 2016		<u>195.816</u>	<u>16.199</u>	<u>16.199</u>	<u>20.882</u>	<u>9.062</u>	<u>241.959</u>
Em 30 de junho de 2016							
Integralização de capital	14.1	1.439		13.934	17.861	14.771	240.943
Sobras do semestre						15.429	15.429
Juros sobre o capital pagos	14.2					(15.093)	(15.093)
Destinações estatutárias das sobras							
Reserva legal (15%)	14.2			2.265		(2.265)	
Reserva de contingência (20%)					3.021	(3.021)	
FATES (5%)						(755)	(755)
FATES - lucro de operações com não associados						(4)	(4)
Em 31 de dezembro de 2016		<u>195.816</u>	<u>16.199</u>	<u>16.199</u>	<u>20.882</u>	<u>9.062</u>	<u>241.959</u>

1.4

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Sobras do semestre/exercício	15.429	30.200	29.791
Ajustes		-	
Reversão de provisão operacional e para contingências			(1.769)
Depreciação e amortização	102	241	231
Resultado de participação societária	(8.630)	(15.257)	(11.611)
Sobras do semestre/exercício ajustadas	6.901	15.184	16.642
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	178.633	11.481	(216.785)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(15.965)	(59.647)	(151.565)
(Aumento) redução em outros ativos	135	(1.126)	(80)
Aumento de depósitos	586.528	1.253.406	326.984
Redução das relações interfinanceiras	(100.316)	(59.334)	(17.607)
Aumento (redução) de outras obrigações	287	(153)	(391)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	656.203	1.159.811	(42.802)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	(12.636)	(24.572)	(27.392)
Dividendos recebidos	-	11.491	6.412
Aquisição de imobilizado de uso	(27)	(94)	(254)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.663)	(13.175)	(21.234)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	1.439	4.613	9.618
Distribuição de sobras	-	(9.574)	(10.358)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(15.093)	(15.093)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(13.654)	(20.054)	(740)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	629.886	1.126.582	(64.776)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.529.984	2.033.288	2.098.064
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3.159.870	3.159.870	2.033.288

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos.

Sediada em Ribeirão Preto – SP, sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução n° 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (Nota 18).

A Resolução CMN n° 4.151 de 30 de outubro de 2012 e a Circular n° 3.669 de 2 de outubro de 2013, requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo n° 5.764/71 e normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de administração em 26 de janeiro de 2017.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (Nota 3).

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.2.3 Operações de Crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000, que determina a classificação das operações por nível de risco.

2.2.4 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

2.2.5 Imobilizado de uso

Edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, veículos e sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em Receitas não operacionais, líquidas.

2.2.6 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.28 Depósitos a prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

2.2.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são os seguintes: (i) os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Os passivos contingentes decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, além da natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a com-

plexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Quando não há possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Cooperativa, os mesmos são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente.

2.2.10 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.2.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 17%. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação. A Cooperativa teve operações consideradas como atos não cooperativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2.13 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Disponibilidades	4	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	3.093.683	1.987.136
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	66.183	46.147
	<u>3.159.870</u>	<u>2.033.288</u>

Adicionalmente às disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário - CDI e em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, efetuadas no BANCOOB (Nota 17.1), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e 100% da SELIC respectivamente.

Modalidade	2016	2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Compromissada BANCOOB	71.176	71.105
CDI - Pós-fixada	4.239.717	3.144.722
	<u>4.310.893</u>	<u>3.215.827</u>
Ativo circulante	(4.205.001)	(2.850.572)
Realizável a longo prazo	<u>105.892</u>	<u>365.255</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas como Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do exercício de 2018 (2015 - a partir do exercício de 2017), como segue:

	2016	2015
2017	-	301.067
2018	100.797	54.120
2019	2.689	5.547
2020	2.406	4.521
	<u>105.892</u>	<u>365.255</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2016	2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	199.787	145.964
Certificados do Tesouro Nacional - ECTN (b)	34.938	29.115
Fundo Centralização Financeira (c)	64.481	44.668
Fundo Renda Fixa	1.702	1.479
	<u>300.908</u>	<u>221.226</u>
Ativo circulante	(182.282)	(91.719)
Realizável a longo prazo	<u>118.626</u>	<u>129.507</u>

Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a:

(a) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.

(b) Certificados do Tesouro Nacional

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de Cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.

(c) Fundo Centralização Financeira

Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da SICOOB SÃO PAULO e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Os demais títulos e valores mobiliários possuem remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2016, os títulos e valores mobiliários classificados como Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do exercício de 2018 (2015 - a partir do exercício de 2017), como segue:

	2016	2015
2017		64.860
2018	60.072	14.819
2020	58.554	49.828
	<u>118.626</u>	<u>129.507</u>

Os títulos e valores mobiliários que atendem o conceito de equivalentes de caixa foram assim considerados conforme Nota 3 acima.

6 Outros créditos

Modalidade	2016	2015
Adiantamentos a funcionários	15	4
Depósitos judiciais	3.987	3.321
Devedores diversos	489	35
	<u>4.491</u>	<u>3.360</u>
Ativo circulante	(504)	(39)
Realizável a longo prazo	<u>3.987</u>	<u>3.321</u>

7 Outros valores e bens

Modalidade	2016	2015
Bens não de uso próprio – Imóvel	1.517	1.517
Despesas antecipadas	6	10
	<u>1.523</u>	<u>1.523</u>
Ativo circulante	(6)	(10)
Realizável a longo prazo	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>

8 Investimentos

	2016	2015
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB (a)	131.058	103.351
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. – SICOOB CONFEDERAÇÃO (i)	25.832	25.386
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC	200	15
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB CORRETORA (ii)	12	12
	<u>157.103</u>	<u>128.765</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa recebeu o montante de R\$ 2.269 referente a sobras distribuídas pela Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. e desse total efetuou integralização no montante de R\$ 446 (2015 - R\$ 344).

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de

2016, a Cooperativa efetuou aportes de capital no montante de R\$ 185, na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

(iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa recebeu dividendos líquidos no montante de R\$ 3.630 da Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB CORRETORA.

Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB (Nota 18.1)

Modalidade	Qtd de ações	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2015	36.413	71.680
Aquisições de ações	13.865	26.472
Resultado de equivalência patrimonial		11.611
Dividendos recebidos		(6.412)
Saldo em 31 de dezembro 2015	50.278	103.351
Aquisições de ações	12.546	23.941
Resultado de equivalência patrimonial		15.257
Dividendos recebidos		(11.491)
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>62.824</u>	<u>131.058</u>

9 Imobilizado

Modalidade	2016		2015		Taxas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizações em curso	28		28	82	
Edificações	2.500	(324)	2.176	2.276	4%
Instalações	6	(2)	4	5	10%
Móveis e equipamentos de uso	290	(112)	178	83	10%
Sistema de comunicação	44	(20)	24	28	10%
Sistema de processamento de dados	537	(402)	135	158	20%
Veículos	118	(118)		8	20%
	<u>3.523</u>	<u>(978)</u>	<u>2.545</u>	<u>2.640</u>	

10 Intangível

Modalidade	2016		2015		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Licença de uso de Sistema computacional	40	(30)	10	14	10%
Softwares	82	(82)	-	48	50%
	<u>122</u>	<u>(112)</u>	<u>10</u>	<u>62</u>	

11 Depósitos a prazo

11.1. Composição por prazo de vencimento

Vencimento em dias	2016	2015
Até 30	3.233.973	1.898.865
31 a 60	80.137	16.224
61 a 90	30.014	21.228
91 a 180	105.765	106.892
181 a 360	742.545	709.289
Acima 360	178.570	365.100
	<u>4.371.004</u>	<u>3.117.598</u>
Passivo circulante	4.192.434	2.752.498
Exigível a longo prazo	178.570	365.100
	<u>4.371.004</u>	<u>3.117.598</u>

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

11.2. Concentração de depósitos a prazo

	2016		2015	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	1.858.708	43	1.482.918	47
Dois maiores depositantes	2.501.782	57	1.921.061	62
Dez maiores depositantes	4.110.080	94	2.982.170	97

12 Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Modalidade	2016	2015
Centralização financeira de cooperativas	145.404	204.738

A circular nº 3.238, de 17 de maio de 2004, emitida pelo Banco Central do Brasil, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o SICOOB SÃO PAULO.

13 Outras obrigações

Modalidade	2016		2015	
	Cir- cu- lante	Não circu- lante	Cir- cu- lante	Não circu- lante
Sociais e Estatutárias				
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Nota 14.2)	5.356		5.108	
Gratificações a pagar	173		156	
Cotas de capital a pagar	356	793	356	1.148
	<u>5.885</u>	<u>793</u>	<u>5.620</u>	<u>1.148</u>
Fiscais e Previdenciárias				
Provisões tributárias (a)		11.707		10.993
Provisões trabalhistas e cíveis (b)		200		200
Impostos e contribuições a recolher	158		120	
	<u>158</u>	<u>11.907</u>	<u>120</u>	<u>11.193</u>
Diversas				
Provisão de férias, 13º salário e encargos	289		280	
Outras	78		143	
	<u>367</u>		<u>423</u>	
	<u>6.410</u>	<u>12.700</u>	<u>6.163</u>	<u>12.341</u>

(a) Ações tributárias

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa, autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui parcialmente depósitos judiciais de R\$ 3.945 em 31 de dezembro de 2016 (2015 – R\$ 3.279). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira da cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas.

Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil, ainda não foram pacificados. Portanto, em 31 de dezembro de 2016, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 11.707 (2015 – R\$ 10.993), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite com exceção do processo referente ao auto de infração da CSLL, haja vista que no segundo semestre de 2015, a Cooperativa obteve decisão favorável no processo judicial referente ao auto de infração da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL. A decisão judicial não é passível de recurso e, por

isso, a Cooperativa efetuou a reversão da provisão para contingência referente a esse processo judicial, no montante de R\$ 1.769, para a rubrica “Outros ingressos operacionais.

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A Cooperativa está discutindo na justiça ações de natureza trabalhista e cível, e que na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, a administração optou pela constituição de provisão para contingências no montante de R\$ 200 (2015 – R\$ 200). Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa mantém depósitos judiciais parciais em relação a esses processos judiciais, no montante de R\$ 42 (2015 – R\$ 42).

14 Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

O capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2016, o capital social era de R\$ 195.816 (2015 – R\$ 191.203). Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independente do número de suas cotas na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

No exercício de 2016, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.613, com recursos provenientes de aporte de capital das cooperativas singulares associadas (2015 – R\$ 9.618).

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa contava com 16 associadas (2015 – 16 associadas).

14.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o artigo nº 32 do estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida terá a seguinte destinação:

- Reserva Legal: constituída em montante

equivalente a 15% das sobras do exercício.

- Reserva de Contingência: constituída em montante equivalente a 20% das sobras do exercício. O Fundo de Contingência ou Liquidez é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinado para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual.

- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: constituído em montante equivalente a 5% das sobras do exercício. É destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com não cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social – RATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados; e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de dezembro de 2016, foi proposta e aprovada a remuneração de juros sobre o capital integralizado de 57,15% da taxa anual da Selic, no montante de R\$ 15.093, esse montante foi creditado na centralização financeira das singulares associadas em 30 de dezembro de 2016. De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Cooperativa, o Conselho de Administração pode remunerar o capital integralizado pelas cooperativas singulares até o limite da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

14.3 Aprovação das destinações

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2015 e

de 2014 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 29 de abril de 2016 e 29 de abril de 2015, respectivamente. As destinações estatutárias e destinação das sobras do exercício social de 2016 serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

15 Dispendios administrativos

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Processamento de dados	29	58	72
Propaganda, publicidade, promoções e seguros	86	259	360
Serviços técnicos e especializados	95	113	197
Vigilância e segurança	126	246	218
Despesas de comunicações	47	90	102
Despesas com sistema cooperativista	564	1.110	942
Outras despesas administrativas	299	654	682
	<u>1.246</u>	<u>2.530</u>	<u>2.573</u>

16 Outros ingressos operacionais

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Distribuição de sobras do SICOOB CONFEDERAÇÃO (Nota 8)		2.269	344
Comissões recebidas do Bancoob			4
Atualização monetária de depósito judicial	41	77	
Dividendos recebidos da SICOOB CORRETORA	2.196	3.630	
Reversão de provisão para contingências			1.769
Recuperação de encargos e despesas	29	113	227
	<u>2.266</u>	<u>6.089</u>	<u>2.344</u>

17 Outros dispendios operacionais

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Correção provisões passivas	437	572	233
Contrib. Fundo Tec. da Informação (i)	2.308	4.566	
Contrib. Fundo Gestão Bens não de uso (ii)		1.824	
Outras Contribuições - CNAC	42	42	
Juros ao Capital	15.093	15.093	13.816
Perdas - Demandas Trabalhistas	1	1	
	<u>17.881</u>	<u>22.098</u>	<u>14.049</u>

(i) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICOOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SICOOB Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do SICOOB Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

(ii) Referem-se a contribuições das cooperativas centrais filiadas ao SICOOB Confederação, realizadas em uma única parcela, na proporção correspondente ao número de pontos de atendimento de cada Sistema Local, que utilizavam e participavam do rateio da taxa de manutenção do Sistema de Informática do Sicoob (Sisbr) em 31 de dezembro de 2015. São destinadas ao Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio criado na 14ª Assembleia Geral Ordinária do SICOOB Confederação, realizada em 9 de março de 2016. O prazo de duração do Fundo é de cinco anos, contado a partir de 1º de abril de 2016, e quando da sua liquidação, as contribuições iniciais serão devolvidas às cooperativas centrais filiadas participantes.

18 Partes relacionadas

18.1 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação.

A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do BANCOOB, celebrado em 6 de dezembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao acordo de acionistas majoritários celebrado em 10 de fevereiro de 2015, o SICOOB SÃO PAULO, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 72,37% das ações ordinárias do BANCOOB), controlam em conjunto o BANCOOB e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do BANCOOB.

Modalidade	2016	2015
(i) Principais saldos		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.205.001	2.850.572
Títulos e valores mobiliários	64.481	44.668
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	105.892	365.255
Investimentos (Nota 8)	131.058	103.351
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	512.215	410.592
Títulos e valores mobiliários	7.230	16.676
Resultado de participação em controlada (Nota 8(a))	15.257	11.611
Outros ingressos operacionais (Nota 16)		4

18.2 Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação

O SICOOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria.

Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Modalidade	2016	2015
(i) Principais saldos		
Ativo		
Não Circulante		
Investimentos (Nota 8)	25.832	25.386
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (Nota 16)	2.269	344
Dispêndios		
Rateio de dispêndios do Sicoob Confederação (a)	1.057	895
Taxa de manutenção mensal do SISBR	32	38
Propaganda e Publicidade		266
Contrib. Fundo Tec. da Informação (Nota 17)	4.566	
Contrib. Fundo Gestão bens não de uso (Nota 17)	1.824	

(a) Rateios de dispêndios do Sicoob Confederação

Referem-se, substancialmente, ao rateio dos gastos com os serviços da área de Desenvolvimento Organizacional e com gastos de manutenção da estrutura de monitoramento e gestão centralizada (riscos operacionais, controle interno, prevenção à lavagem de dinheiro e continuidade de negócios) do SICOOB Confederação.

18.3 Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O SICOOB SÃO PAULO possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 15 cooperativas singulares filiadas ao SICOOB SÃO PAULO.

As cooperativas de crédito singulares do SICOOB SÃO PAULO são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Modalidade	2016	2015
(i) Principais saldos		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (Nota 11)	4.192.434	2.752.498
Relações interfinanceiras (Nota 12)	145.404	204.738
Não Circulante		
Depósitos a prazo (Nota 11)	178.570	365.100
(ii) Principais operações		
Resultado		
Dispêndios		
Operações de captação no mercado		
Dispêndios com depósitos a prazo	500.033	396.099
Dispêndios de depósitos intercooperativos	26.639	25.627

18.4 Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB CORRETORA

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros

Ltda. – SICOOB CORRETORA é uma sociedade empresária Ltda, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob.

Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Modalidade	2016	2015
(i) Principais saldos		
Ativo		
Não Circulante		
Investimentos (Nota 8)	12	12
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (Nota 16)	3.630	

18.5 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício de 2016, montaram a R\$ 419 (2015 – R\$ 373).

19 Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20 Gerenciamento de riscos

20.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

20.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de li-

quidez do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB SÃO PAULO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

20.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e

minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SÃO PAULO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- (a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- (b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- (c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

22 Garantias prestadas

No exercício de 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura
Veículos	Colisão, Incêndio, Roubo, Danos Materiais, corporais, morte e invalidez	76
Imóvel	Incêndio, Explosão de qualquer natureza, danos elétricos e outros	3.117
		<u>3.193</u>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARECER DO
CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e às Associadas
Cooperativa Central de Crédito do Estado
de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 13 de fevereiro de 2017.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"



Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do conselho Fiscal da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB SÃO PAULO, com sede à Avenida Costábile Romano, 1.271, Ribeirão Preto, SP, inscrita no CNPJ 63.917.579/0001-71, no desempenho de suas funções definidas na legislação, no Estatuto Social e Regimento Interno vigentes, procederam ao exame e análises do Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantadas em 31 de dezembro de 2016, bem como, as respectivas notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes emitido em 13 de fevereiro de 2017. O Conselho Fiscal opina no sentido de ordem legal, favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações contábeis em 31 dezembro de 2016, de modo a estarem em condições de serem submetidas para aprovação das singulares associadas, em Assembleia Geral.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2017.



Ednéia Aparecida Vieira Brentini de Almeida
Sicoob Credicoapec - Franca/SP



Jacob Tosello Júnior
Sicoob Credivale - Presidente Prudente/SP



Osvaldo Pereira Caproni
Sicoob Credlíder - Votuporanga/SP

QUADRO SOCIAL

Sicoob Cecres

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados e Servidores da Sabesp e Empresas de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - Cecres
Av. Ipiranga, 324 - 3º/15º andar, Bloco C - São Paulo/SP
Tel: (11) 2192-9111 | www.cecres.com.br

Sicoob Cocre

Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas e Empresários da Região de Piracicaba
Av. Comendador Luciano Guidotti, 1937 - Piracicaba/SP
Tel: (19) 3052-9900 | www.cocre.com.br

Sicoob Cocrealpa

Cooperativa de Crédito Livre Admissão da Alta Paulista - Sicoob Cocrealpa
Al. Dr. Armando Salles de Oliveira, 446, Adamantina/SP
Tel: (18) 3502-2060 | www.sicoobcocrealpa.com.br

Sicoob Cocred

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista
Rua Doutor Pio Dufles, 128 - Sertãozinho/SP
Tel: (16) 3946-3350 | www.sicoobcocred.com.br

Sicoob Coocreivre

Cooperativa de Crédito Coocreivre
Rua Um, 518 - Pisor superior - Centro - Orlandia/SP
Tel: (16) 3820-6500 | www.coocreivre.com.br

Sicoob Coopcred

Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas da Região Oeste Paulista - Sicoob Coopcred
Praça da Bandeira, 80 - Valparaíso/SP
Tel: (18) 3401-2797 | www.coopcred.com.br

Sicoob Coopecredi

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba
Av. Antonio Albino, 1640 - Guariba/SP
Tel: (16) 3251-9700 | www.coopecredi.com.br

Sicoob Credicap

Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região de Capivari
Rua XV de Novembro, 580 - Capivari/SP
Tel: (19) 3492-9444 | www.credicap.com.br

Sicoob Crediceripa

Cooperativa de Crédito Crediceripa - Sicoob Crediceripa
Praça Padre Ernesto Odino, 1121 - Itaipava/SP
Tel: (14) 3761-9393 | www.crediceripa.com.br

Sicoob Credicitrus

Cooperativa de Crédito Credicitrus
Rua Prudente de Moraes, 534 - Bebedouro/SP
Tel: (17) 3345-9000 | www.credicitrus.com.br

Sicoob Credicoapec

Cooperativa de Crédito Livre Admissão da Alta Mogiana
Av. Wilson Sábio de Mello, 3100 - Dist. Industrial - Franca/SP
Tel: (16) 3712-6600 | www.credicoapec.com.br

Sicoob Credicoonai

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão - Sicoob Credicoonai
Av. Francisco Junqueira, 1889 - Ribeirão Preto/SP
Tel: (16) 3636-3240 | www.credicoonai.com.br

Sicoob Crediguaçu

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Mogi Guaçu e do Sudoeste Paulista - Sicoob Crediguaçu
Rua Conselheiro Antônio Prado, 544 - Descalvado/SP
Tel: (19) 3593-9898 | www.crediguacu.com.br

Sicoob Credimota

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Cândido Mota e Região
Rua Henrique Vasques, 262 - Cândido Mota/SP
Tel: (18) 3341-9190 | www.sicoobcredimota.com.br

Sicoob Credivale

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Paranapanema
Rua Reverendo Coriolano, 2004, Presidente Prudente/SP
Tel: (18) 3902-3800 | www.credivale.org.br

Sicoob Credlíder

Cooperativa de Crédito Credlíder - Sicoob Credlíder
Rua São Paulo, 3069 - Votuporanga/SP
Tel: (17) 3426-5510 | www.credlider.coop.br



www.sicoobsp.coop.br